

## DESAFIOS NO ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NAS ESCOLAS

DOI: 10.5281/zenodo.20059931

Iraci De Sena<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa os desafios enfrentados pelas escolas no ensino da leitura e da escrita, destacando os múltiplos fatores que contribuem para os altos índices de crianças que enfrentam barreiras para consolidar a alfabetização. Entre esses fatores, encontram-se questões sociais, estruturais e pedagógicas, bem como limitações na formação e nas condições de trabalho dos professores. O texto também aborda a importância da motivação, do apoio familiar e do reconhecimento da diversidade no processo de aprendizagem, apontando a necessidade de uma abordagem mais integrada e colaborativa entre educadores, familiares e profissionais de áreas complementares, como psicologia e psicopedagogia. Além disso, reforça o papel essencial da escola e do professor na criação de ambientes alfabetizadores inclusivos e motivadores. Conclui-se que a superação dos desafios no ensino da leitura e da escrita requer esforços coletivos e políticas públicas que garantam uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e sua inserção ativa na sociedade.

**Palavras-chave:** Desafios. Alfabetização. Leitura. Escrita.

### INTRODUÇÃO

O papel da escola é oferecer às crianças um ensino de qualidade que favoreça a todos. Sabemos que, diante do panorama social atual, a escola, como instituição responsável por oferecer esse ensino, enfrenta graves problemas sociais e estruturais. Esses problemas atingem o aluno, que muitas vezes é considerado o único responsável pelas lacunas em seu processo de aprendizagem.

Deparamo-nos diariamente com alunos que apresentam dificuldades no processo de aquisição da leitura e da escrita. Essas situações deixam os profissionais da educação angustiados, pois não sabem como resolvê-las, sendo essa angústia a motivação maior para a escolha do tema deste artigo.

Pensando em contribuir com os pedagogos e com as escolas, a fim de auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, decidiu-se pela realização deste trabalho de conclusão de curso. Afinal, somos cidadãs comprometidas e participamos ativamente, como educadoras, da educação do município de Pedro Velho.

---

<sup>1</sup> Pedagoga – Graduada pela UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú - 2005. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela ISEC – Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – 2012. Mestranda em Ciências da Educação pela University World Ecumenical. Atua na área de Alfabetização desde 2005 e na área de Tecnologias Digitais na Educação desde 2021. E-mail: senairaci2013@gmail.com

Para construí-lo, foi necessária a fundamentação teórica e a realização de pesquisas ancoradas em estudiosos como: Lev Vygotsky, Emília Ferreiro, Ana Teberosky, César Coll e Gómez, entre outros. Isso porque é necessário que estejamos imbuídas de seus ensinamentos, para que possamos refletir e construir um conhecimento que amenize nossas dúvidas e anseios.

Quanto ao ato reflexivo, Freire (1991, p. 7) diz que este:

É um ato libertador, porque instrumentaliza o professor no que ele tem de mais forte: sua reflexão. O ato de refletir é permanentemente centrado no eixo de cada professor – está implícito que não existe modelo de reflexão. Cada um tem sua reflexão enraizada no seu processo de apropriação de sua prática.

Pensar no processo de aquisição da leitura e da escrita é reconhecer que o futuro das crianças se encontra nas mãos de adultos que estão ao seu lado e que essas pessoas podem ajudá-las, ou não, a aprender a ler e a escrever. Não existe uma receita que determine que o ensino das habilidades lectoescritoras deva ocorrer desta ou daquela maneira; contudo, é necessário que o profissional que se propõe a ensinar esteja consciente de que: “Cada criança é um ser humano único, importante. Respeitar essa individualidade, aceitar as diferentes formas de sentir, pensar, agir e aprender é um ponto básico na educação dessas crianças” (Gómez *et al.*, 2009, p. 30).

Contudo, pergunta-se: por que a escola, muitas vezes, fracassa no ensino da lectoescrita, quando, na verdade, é nessa instituição que deve ocorrer o ensino da leitura e da escrita com eficácia? Muitos fatores podem interferir nesse processo de aquisição do conhecimento, lembrando que ele é multifatorial, envolvendo aspectos afetivos, emocionais e sociais do aluno.

Abordam-se, neste artigo, os motivos pelos quais a escola fracassa no ensino da leitura e da escrita. Faz-se um levantamento das questões que levam a escola a falhar no processo de ensino-aprendizagem, seguido de sugestões de como superar as dificuldades de leitura e escrita, ressaltando que o apoio incondicional da família e da escola é fundamental para a superação dessas dificuldades.

As considerações finais tratam das observações e da necessidade constante de formação por parte do profissional da educação, para que possa auxiliar o aluno a superar as dificuldades na aquisição da leitura e da escrita, uma vez que é imprescindível sua atualização para atuar de forma adequada junto aos alunos e seus familiares.

## **DESENVOLVIMENTO**

Inúmeras são as dificuldades que a escola enfrenta no ensino da leitura e da escrita. Muitas vezes, pais, professores, gestores e pessoas ligadas à educação demonstram-se aflitos por seus filhos/alunos não conseguirem se alfabetizar dentro do tempo previsto e considerado “normal” para a maioria das crianças.

Mas por que a escola fracassa nesse processo, se é exatamente ela que tem o poder de levar o conhecimento a essas crianças?

Primeiramente, é necessário lembrar que a aprendizagem é um processo que não ocorre ao mesmo tempo nem da mesma forma para todas as pessoas. É necessário que a criança esteja madura para isso. José Coelho (1991, p. 10) afirmam que:

A maturação conduz ao desenvolvimento do potencial do organismo e independe de treino ou estimulação ambiental. Caracteriza-se por mudanças estruturais influenciadas pela hereditariedade, que ocorrem em dado momento, envolvendo a coordenação de numerosas partes do sistema nervoso.

Dessa maneira, é necessário observar se a criança está preparada para o tipo de aprendizagem que lhe está sendo proposto.

Outro ponto que também deve ser considerado é a motivação. Esta leva o indivíduo a fazer algo da melhor forma possível ou, simplesmente, a não o fazer. Quando se está motivado, sente-se à vontade e com necessidade de realizar o que é proposto, com impulso e confiança. Do contrário, não se consegue progredir. Para Evely Boruchovitch (2010, p. 44), “a motivação para a aprendizagem vem sendo definida como a iniciação e manutenção do comportamento com o objetivo de se atingir uma determinada meta”; assim, “a motivação é uma variável-chave para a aprendizagem” (Boruchovitch, 2010, p. 53).

Voltando para a pergunta inicial: por que a escola fracassa nesse processo de ensino-aprendizagem, se é exatamente ela que tem o poder de levar o conhecimento às crianças?

Muitos são os fatores que levam a escola a fracassar nesse processo de ensino e aprendizagem e na verdade estudos mostram que esse fracasso é resultante de fatores que se encadeiam ou não entre si. Rocha (1972) em seus estudos analisou o papel do aluno e do professor na situação do fracasso escolar. Mais recentemente o estudo de Garcia (1992) direcionou sua análise a aspectos macroestruturais e mostrou a escola como uma instituição que reflete a estrutura social que se limita a produzir valores, habilidades, comportamentos e práticas necessárias à manutenção do *status quo*. (Rossini; Santos, 2001, p. 214).

Esses estudos levam em consideração o momento histórico e o contexto em que são analisados. Nesse sentido, observa-se que o problema existe, não é algo recente e continua presente em cada sala de aula do país, frustrando professores e pais, que veem seus filhos irem para a escola todos os dias e chegarem em casa, muitas vezes, cansados e desmotivados para voltar.

Os estudos de Maria Helena Souza Patto (1985 *apud* Rossini; Santos, 2010, p. 215) revelam uma análise mais aprofundada sobre o assunto. O estudo é dividido em três momentos:

No primeiro, a partir da década de 50, explica que integrantes das minorias dos EUA passaram a exigir igualdade de oportunidades, a fim de que as crianças permanecessem na escola e não fossem vítimas de tanta reprovação escolar. A partir de tais reivindicações, o governo americano passou a investir em pesquisas, com o intuito de investigar as causas que levavam as crianças das classes menos favorecidas a terem tantas reprovações e a se evadirem da escola. Concluíram que tais crianças não respondiam segundo o desejado, porque eram portadoras de inúmeras deficiências nas várias áreas do seu desenvolvimento biopsicossocial, atribuindo, assim, uma visão negativa dessa população-alvo não somente naquele país como também em países como o Brasil.

No segundo momento as pesquisas de Patto (1985 *apud* Rossini; Santos, 2010, p. 215) mudaram o enfoque e o nome de alguns termos foram substituídos como: “deficiência cultural” por “diferença cultural”:

Na prática, valeu dizer que esse tipo de criança possuía uma linguagem diferente, e não deficiente como até então se acreditava. Disso resultou que a dificuldade de aprendizagem já não mais era atribuída ao aluno, mas sim à inaptidão da escola em lidar com as diferenças desta clientela.

Já na terceira etapa, o fracasso escolar foi atribuído às práticas escolares, e a conclusão desse estudo é que: “As causas estariam em instâncias diversas do processo educativo, envolvendo desde os aspectos políticos e a legislação educacional até a formação e as condições de trabalho do professor” (Patto, 1985 *apud* Rossini; Santos, 2010, p. 216).

De modo geral, observa-se que o fracasso escolar é um problema causado por diversos fatores e que, na verdade, estes estão longe de serem resolvidos. Muitos são os estudos; porém, poucas são as ações que atacam esse problema de frente, para que seja eficientemente resolvido.

E ainda há aqueles profissionais que transferem o problema para adiante, esquecendo que este também é seu. Nessa situação, muitas vezes, recai sobre a criança o peso de ser ela mesma a culpada pelo seu fracasso escolar. (Rossini; Santos, 2010, p. 230) afirmam isso ao dizer que:

Os discursos mudam, trocam-se as palavras-chaves, mas o fracasso continua recaindo na criança. O que antes era citado como desnutrição ou carência cultural, por exemplo, hoje é citado como falta de atenção ou concentração, comportamento inadequado ou ainda como “lentidão de raciocínio para a aprendizagem”. O termo “para a aprendizagem”, geralmente empregado, deixa claro que a criança só tem limites pedagógicos e estes limites são exclusivos da criança e não da micro ou da macro estrutura educacional.

Empurrar um problema que é seu para que o outro o resolva é muito fácil. Contudo, a escola e o Estado têm um compromisso com essas crianças e têm a obrigação de oferecer uma educação de qualidade, tal como garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 3º.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)
- XV – garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação (Brasil, 1996).

Rossini e Santos (2010, p. 231) são categóricas ao afirmar que: “é preciso tirar da criança o peso de não aprender”. Não basta transferir a responsabilidade do aluno para o professor; “[...] é preciso considerar que vários fatores têm contribuído para que existam professores que facilmente joguem sobre a criança a responsabilidade pelo fracasso em aprender” (Rossini; Santos, 2010, p. 231).

Esses fatores podem ser: formação inadequada; dissociação entre teoria e prática; baixa qualidade teórica; falta de compromisso social; falta de material didático-pedagógico; instalações precárias; baixos salários; turmas superlotadas; entre outros.

Porém, apesar de todos esses fatores, os problemas de leitura e escrita deveriam encontrar respostas eficazes no meio escolar. Um dos caminhos para tentar sanar esses possíveis problemas seria o apoio externo de profissionais das áreas de psicologia, fonoaudiologia, pediatria, neurologia e psicopedagogia, entre outras. Com a ajuda desses profissionais, que se dedicam à terapia da linguagem, bem como ao diagnóstico e à intervenção psicopedagógica, os problemas do fracasso escolar podem ser amenizados; contudo, isso não significa sua superação.

Se se tratar de atraso na formação linguística, de ordem psicolinguística, a solução está no processo de formação escolar. Sua natureza é pedagógica e didática e passa por uma relação entre professor, escola e aluno.

Os problemas linguísticos podem ser solucionados se todos aqueles que atuam diretamente com a linguagem forem profissionais da linguagem em potencial e apresentarem soluções de dentro para fora da escola, sem perder de vista as especificidades do ensino lectoescritor.

O professor é o principal agente do processo reeducador e, como tal, deve ser o mais aplicado e qualificado nas questões referentes ao ensino da lectoescrita. Dessa maneira, entende-se que, para que se tenha uma aprendizagem eficiente, é necessário, principalmente, que os pedagogos estejam empenhados nessa luta, pois, atualmente, não se pode mais esperar por soluções prontas. A escola necessita apresentar um trabalho consistente que favoreça a criança em todos os seus aspectos.

Fini (1996 *apud* Rossini; Santos, 2010, p. 232): lembra que: “enquanto são aguardadas modificações maiores nas políticas públicas para a área da educação, não podem ser esquecidos o compromisso e a responsabilidade de cada educador para com seu aluno e de cada instituição para com seus professores”.

Além dos problemas já citados, que caracterizam o fracasso escolar, outros fatores contribuem para que crianças e adolescentes apresentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Esses fatores podem ser de ordem individual (transtornos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), questões emocionais e psicológicas e fatores cognitivos), ambiental e contextual (ambiente familiar, qualidade do ensino, problemas de

saúde e baixa autoestima) e sociocultural (desigualdades sociais, discriminação, preconceito, linguagem e cultura).

Dessa forma, é necessário não procurar culpados, mas buscar soluções para os problemas do ensino da leitura e da escrita, pois corre-se o risco de passar mais um século punindo as crianças, ao transferir para elas o que é de responsabilidade da sociedade e da escola.

A superação das dificuldades no ensino da leitura e da escrita vai além das expectativas de pais e professores quanto à sua aquisição. Talvez seja, hoje, um dos grandes problemas da educação, pois, de fato, não se trata apenas de uma dificuldade escolar, mas também de um problema familiar e social.

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita (Ferreiro, 1999, p. 23).

A criança precisa estar inserida em um contexto alfabetizador durante o processo de aquisição da leitura e da escrita, tanto na escola quanto no ambiente familiar; assim, obterá o maior aproveitamento possível. As dificuldades inerentes à criança são aceitáveis dentro da faixa etária em que se encontra, quando passa pelas fases do processo de alfabetização. Tais dificuldades podem perdurar e acentuar-se ao longo da vida escolar do educando, caso não sejam percebidas a tempo de serem sanadas, tanto pelo educador quanto pela família. De acordo com a teoria exposta na *Psicogênese da Língua Escrita*, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999), toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada, a saber: pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética.

Segundo Ferreiro (1996, p. 24) “o desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”.

Neste contexto é preciso lembrar que: “A leitura e a escrita exigem das crianças novas habilidades, que não faziam parte de sua vida diária até aquele momento” (Nunes *et al.*, 2007, p. 7). E isto, requer dela um esforço, para desenvolver estas habilidades, e muitas vezes, o professor e a família não consegue estimular este desenvolvimento.

Há uma certeza na escola: a de que o maior problema da educação hoje é justamente a dificuldade, ou as dificuldades, em relação à leitura e a escrita em crianças em idade escolar no ensino fundamental. Tal percepção se deve ao fato de que, se não for pelas ferramentas que a leitura e a escrita possibilitam ao sujeito, que outras ferramentas poderíamos usar na tentativa de formar cidadãos participantes e atuantes em uma sociedade? (Almeida, 2010, p. 15).

O ser humano vive em constante processo de aprendizagem. Espera-se que o que ele aprende o torne um cidadão melhor, crítico e participativo, e que aplique esse conhecimento em seu cotidiano. Por isso, enfatiza-se a importância da leitura e da escrita para que se alcance tal objetivo.

Quando se fala das dificuldades de leitura e escrita, especificamente do processo da alfabetização, é muito importante que sejam questionadas as condições da criança que o inicia, verificando se ela já adquiriu suficiente desenvolvimento físico, intelectual e emocional, bem como todas as funções necessárias para aprender (José; Coelho 1991, p.77)

O professor deve levar em conta os aspectos acima citados no momento de planejar as atividades para a aquisição do processo de ensino-aprendizagem da lectoescrita, já que se trata de um processo abrangente, complexo e indissociável. “Ler também é um processo muito complexo, assim como o é ensinar a ler” (Gómez *et al.*, 2009, p. 360).

Para tanto, o educador precisa estar munido de diferentes técnicas e estratégias, bem como de uma diversidade de materiais que envolvam a leitura e o conhecimento efetivo desses recursos, com possibilidade de utilização e reutilização. Ao longo do processo, ele se deparará com realidades e ritmos de aprendizagem completamente heterogêneos. “A simplicidade e a objetividade dos recursos, aliadas a uma boa condução do trabalho, são quase sempre as melhores posturas dos professores que atuam com crianças com severas dificuldades [...]” (Almeida, 2010, p. 18).

A motivação é um aspecto muito relevante no processo de aquisição da lectoescrita. O aluno deve apropriar-se da leitura e da escrita de forma harmoniosa e prazerosa, não como um mero dever, destituído de conteúdo significativo. Tanto os pais quanto os professores são responsáveis porque essa motivação aconteça de forma positiva na vida acadêmica da criança, e isso se dá, principalmente, pelo exemplo de ambos. “O que acontece na sala de aula é crítico, já que pode determinar se as crianças serão leitoras ou não. O professor ou a professora é uma

das pessoas mais importantes para motivar, estimular ou, ao contrário, frustrar essa aprendizagem” (Gómez *et al.*, 2009, p. 361).

A implementação de projetos de leitura por parte da escola é de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem da lectoescrita, pois apresenta a leitura como uma prática facilitadora que abre caminhos quando se torna significativa, útil, prazerosa e frequente.

A leitura é um processo complexo onde diferentes fatores podem influenciar seu desenvolvimento. O ajuste emocional é um deles. É necessário que no momento de começar a aprender a ler a criança possua uma série de características de personalidade. (GÓMEZ *et al* 2009, p. 364)

Os fatores emocionais também são determinantes para o fracasso ou o sucesso do processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Ambos estão estreitamente ligados e são recíprocos, pois tanto as dificuldades de leitura e escrita podem desencadear problemas emocionais quanto os fatores emocionais podem desencadear dificuldades de leitura e escrita.

É relevante que os pedagogos que ensinam a ler tenham a melhor preparação possível; utilizem estratégias efetivas no manejo da classe e individualizem o ensino; conheçam as diferentes técnicas e a diversidade de materiais fáceis de usar; e mantenham as crianças motivadas para a leitura (Gómez *et al.*, 2009, p. 361).

Superar as dificuldades de leitura e da escrita é essencial tanto para as crianças quanto para os professores. Não existem fórmulas mágicas; contudo, o principal meio para avançar e vencer as dificuldades é o conhecimento. Conhecer o aluno, compreender suas necessidades, seus medos e seus desejos, bem como entender como a criança aprende e disponibilizar meios para a construção de sua aprendizagem, é fundamental para obter sucesso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo apresenta uma análise crítica e fundamentada sobre as dificuldades enfrentadas pelas escolas no ensino da leitura e da escrita, destacando questões que vão além das práticas pedagógicas, como fatores sociais, estruturais e culturais. Enfatiza a complexidade do processo de alfabetização e a necessidade de um esforço coletivo que inclui a escola, os professores, a família e a sociedade em geral para a superação dos desafios.

Traz uma abordagem abrangente que não se limita a culpar o aluno ou o professor pelo fracasso escolar, mas explora as múltiplas dimensões do problema, incluindo a formação

docente, as condições de trabalho, a influência das políticas públicas e o papel da motivação e do contexto familiar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Wak. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Dificuldades de Aprendizagem: Detecção e estratégias de ajuda**. Editora Cultural. 2009.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. 3ª Ed. São Paulo. Ática. 1991.

NUNES, Terezinha; BUARQUE, Lair; BRYANT, Peter. **Dificuldades na aprendizagem da leitura: Teoria e prática**. 6ª Ed. São Paulo. Cortez. 2007.

ROSSINI, Sônia D. Rodrigues; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. Fracasso escolar: estudo documental de encaminhamentos. IN.: SISTO, Fermino Fernandes *et al.* (orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto pedagógico**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

SISTO, Firmino Fernandes; BORUCHOVITCH, Evely; FINI, Lucila Diehl Tolaine; BRENELLI, Rosely Palermo; MARTINELLI, Selma de Cássia (orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico** – 6ª Ed. Petrópolis – RJ. Vozes. 2010.